

Panorama

POLÍTICO

Vitral quebrado

A convicção de que a emenda do mandato de cinco anos veio para ficar chegou ontem até mesmo aos setores do PMDB comprometidos com eleições presidenciais ainda este ano — e foi aberta a discussão sobre o que acontecerá ao partido nesse caso. A adesão de 166 peemedebistas à emenda Matheus Iansen, representando metade da bancada, dissipou em parte o argumento de que apoio não vale voto.

— É preciso reconhecer que ninguém se exporia assim contra a opinião pública, se não tivesse a intenção de levar este risco até o fim — lamentava o Líder no Senado, Fernando Henrique. A hipótese dos cinco anos, além de seus múltiplos efeitos na vida do País, trará mudanças imediatas na vida partidária. No núcleo "histórico" do PMDB, Fernando Henrique não era o único a prever que ocorrerá um racha imediato e definitivo, entre os que votarem na emenda e os que defenderem

as eleições-88.

— Se isso acontecer, o PMDB terá conseguido cumprir no regime democrático uma trajetória que nem o regime militar lhe impôs: a desmoralização — disse o Líder.

As preocupações com o futuro de seu partido freqüentam também a cabeça do Deputado Ulysses Guimarães, que começou a discutir a questão do mandato com os Governadores. Entende Ulysses que a certeza das eleições-88 já foi longe demais no sentimento das ruas, para ser agora negada. E que o PMDB arrisca a unidade e o futuro se se afastar das raízes populares.

Nos próximos dois meses, uma fração do PMDB estará aliada ao comando interpartidário pró-diretas, ao lado do PDT e do PT, tentando deflagrar um movimento de pressão sobre a Constituinte. No dia 4 de março, farão atos de advertência em todas as capitais. O Governo continuará pescando voto por voto.

Por fim

Uma das últimas emendas do Centrão a completar as assinaturas de apoio foi a do sistema tributário. E um dos últimos a assinar foi o Deputado Francisco Dornelles, que só o fez depois de exaustivas negociações, fazendo-se acompanhar dos fluminenses Sandra Cavalcanti, Simão Sessim e Rubem Medina. Afinal, pouco mudou: o Centrão cria o imposto sobre metais nobres e recursos minerais na competência da União, à qual reserva também o direito de cobrar empréstimos compulsórios.

O Governo, portanto, pouco conseguirá mudar no projeto,



Francisco Dornelles

que acusa de emagrecer a receita da União, tornando o País ingovernável.

ANC
X